

A FORMAÇÃO INICIAL DO PENSAMENTO DE JOHN DEWEY

Thiago Barros Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O pensamento filosófico de Dewey pode ser dividido em três períodos. O primeiro corresponde ao período das publicações de seus primeiros artigos, ainda sob influência do transcendentalismo americano, até aproximadamente a publicação de *Studies in Logical Theory*. A segunda fase corresponde às duas décadas seguintes, período em que Dewey desenvolveu sua filosofia da educação, pela qual ele é mais conhecido, e seu pragmatismo instrumentalista. O início da terceira fase é demarcado pela publicação de *Experience and Nature*. Este artigo se concentra em apresentar as vicissitudes do pensamento de Dewey em sua primeira fase, um período pouco explorado de biografia filosófica do pragmatista americano. Nesse sentido, este artigo abrange o período histórico que corresponde à graduação de Dewey em filosofia na Universidade de Vermont e sua identificação com o hegelianismo e o transcendentalismo até seu afastamento do hegelianismo e a adoção da psicologia experimental como ferramenta capaz de abordar a complexidade da experiência humana.

Palavras-chaves: John Dewey, história da filosofia, pragmatismo.

Abstract: Dewey's philosophical thinking can be divided into three periods. The first corresponds to the period of the publications of his first articles, still under the influence of American transcendentalism, until approximately publication of *Studies in Logical Theory*. The second phase corresponds to the following two decades, at which time Dewey developed his philosophy of education, for which he is best known, and his instrumentalist pragmatism. The beginning of the third phase is demarcated by the publication of *Experience and Nature*. This article focuses on presenting the vicissitudes of Dewey's thought in this first phase, an unexplored period of philosophical biography of the American pragmatist. In this sense, this article would cover the historical period that corresponds to Dewey's graduation in philosophy at the University of Vermont and his identification with Hegelianism and transcendentalism until his departure from Hegelianism and the adoption of experimental psychology as a tool capable of addressing the complexity of human experience.

Keywords: John Dewey, history of philosophy, pragmatism.

Introdução

John Dewey teve uma vida longa e produtiva. Suas obras completas somam mais de trinta volumes com os livros e artigos que o filósofo escreveu entre 1882 e 1953, nos quais ele avançou sobre quase todos os domínios da filosofia, ao longo de 92 anos de vida. De maneira geral, pode-se dividir a

trajetória de desenvolvimento do pensamento filosófico de Dewey em três grandes períodos¹. A primeira vai desde suas primeiras publicações, ainda sob influência do transcendentalismo americano, até aproximadamente a publicação de *Studies in Logical Theory* (1903), que marcou a viragem pragmatista de Dewey. A segunda fase corresponde às duas décadas seguintes, período em que Dewey desenvolveu sua filosofia da educação, pela qual ele é mais conhecido, e seu pragmatismo instrumentalista. O início da terceira fase é demarcado pela publicação de *Experience and Nature* (1925), período em que Dewey reexamina suas teorias filosóficas a luz de diversas críticas.

Um percurso filosófico de mais de setenta anos é inevitavelmente heterogêneo, repletos de mudanças, revisões e críticas internas. Nesse sentido, este artigo se concentra em apresentar as vicissitudes no pensamento de Dewey em sua primeira fase: do momento que Dewey se forma em filosofia na Universidade de Vermont e abraça o hegelianismo e o transcendentalismo americano até seu afastamento gradual do hegelianismo e a adoção da psicologia experimental como ferramenta filosófica capaz de abordar a complexidade da experiência humana. Contudo, o afastamento do hegelianismo não significa um abandono completo da influência de Hegel em seu pensamento. E isso fica evidente no artigo “The Reflex Arc Concept in Psychology” (1986), no qual Dewey recorre a noção orgânica de experiência para objetar os dualismos presentes nas teorias psicológicas que caracterizavam estímulo e resposta como distinção bem delimitadas na experiência.

1. Transcendentalismo de Vermont

A história de Dewey começa na cidade de Burlington, em Vermont, e poderia ser considerada até mesmo o oposto da agitada circunvizinhança da Universidade de Columbia, última instituição em que o filósofo lecionou regularmente. Foi na cidade da região da Nova Inglaterra onde nasceu – no dia 20 de outubro de 1859 – John Dewey, filho de Lucina e Archibald Dewey, e também foi lá que iniciou seus estudos em filosofia na Universidade de Vermont.

A filosofia dominante nos Estados Unidos na época da entrada de Dewey na universidade era o empirismo britânico, sobretudo, aquele defendido por Locke. Epistemologicamente, era vigente a ideia de que a mente é uma *tábula rasa* preenchida por ideias que têm origem em sensações discretas

¹ Acompanhamos a divisão apresentada por: Philip Zeltner, *John Dewey Aesthetic Philosophy*, Amsterdam: B. R. Grüner B.V., 1975; Richard J. Bernstein, *John Dewey on Experience, Nature and Freedom*. New York: Bobbs Merrill, 1960.

cuja composição formam imagens e impressões; e, politicamente, o entendimento de que a sociedade é formada por indivíduos autônomos dotados de direitos naturais organizados por meio de um contrato social. Por trás desta filosofia havia uma concepção newtoniana de um mundo formado por entidades independentes e discretas, na qual tudo poderia ser explicado em termos de causa e efeito.

O empirismo, no entanto, por explicar tudo em termos newtonianos de causa e efeito, não deixava espaço dentro da filosofia para o religioso e para o sagrado, ou seja, não deixava espaço para o que pudesse ser conhecido por meio dos sentidos. Portanto, o empirismo excluiria o milagroso e a verdade revelada do domínio de investigação filosófica. Em razão disso, a tradição empirista desagradava muitos dos então professores de filosofia. Grande parte do corpo de professores que lecionavam nas instituições norte-americanas de ensino superior eram oriundos de seminários e ministérios, portanto, eram formados geralmente por teólogos cristãos². Inevitavelmente, por vezes, os dogmas religiosos demarcavam diretamente o limite do pensamento filosófico. Diante do choque entre as posições filosóficas e teológicas, essa normalmente saía vitoriosa³.

Essa era a posição defendida por um dos primeiros professores de filosofia de Vermont e também presidente da universidade: James Marsh. Marsh era um cristão evangélico que tinha, como afirma Menand (2001, p.244-245), aversão ao atomismo lockeano. Primeiramente, ele não aceitava a ideia de uma sociedade formada pela associação de indivíduos, e defendia que a separação entre indivíduo e estado era insustentável. Em segundo lugar, “ele se recusava a aceitar a separação que o empirismo parecia exigir entre matéria de filosofia e fé” (MENAND, 2001, p.245). Dewey comenta em “From Absolutism to Experimentalism”, um artigo autobiográfico, a influência de Marsh na universidade:

A Universidade de Vermont se orgulhava bastante de sua tradição em filosofia. Um de seus primeiros professores, Dr. Marsh, era praticamente a primeira pessoa nos Estados Unidos a se arriscar nos especulativos e dúbios mares ortodoxos do pensamento alemão – aquele de Kant, Schelling e Hegel. O empreendimento, certamente, foi realizado via *Aid to Reflection* de Coleridge. Mesmo essa generalização especulativa, em sua ligeira tendência em racionalizar

² Em “From Absolutism to Experimentalism” Dewey diz: “Teachers of philosophy were at that time almost to a man, clergymen; the supposed requirements of religion, or theology, dominated the teaching of philosophy in most colleges” (DEWEY, 1998, p.15).

³ Dewey comenta que seu antigo professor Henry Torrey nunca “deixava a mente ir” em razão da doutrina cristã. Torrey teria dito a Dewey: “Undoubtedly pantheism is the most satisfactory form of metaphysics intellectually, but it goes counter to religious faith” (DEWEY, 1998, p.15).

o corpo das doutrinas teológicas cristãs, criou um alvoroço entre os conservadores eclesiais (DEWEY, 1998, p.14-15).

Marsh publicou em 1829 o *Aid to Reflection* de Coleridge e ainda escreveu uma introdução à obra na qual argumenta que Coleridge teria provado que a religião cristã é coerente com a filosofia.

Coleridge argumentava que a justificação da fé não poderia ser feita observado o mundo fenomênico, mas que – ao invés disso – a fé deveria ser justificada por via da introspecção e intuição, isto é, através da análise da mente e das ideias inatas, que são imediatamente acessíveis e que revelariam as “leis do nosso ser”. Coleridge havia chegado à essa ideia partindo de uma interpretação da filosofia de Kant e da distinção kantiana entre “entendimento” e “razão”. Segundo Menand, “quando Coleridge e Marsh dizem que o cristianismo é ‘racional’, isto é o que eles querem dizer: que suas doutrinas são consistentes com as leis universais como elas são conhecidas pela faculdade da razão” (MENAND, 2001, p.246). Além de Kant, Schelling e Hegel inspiraram Coleridge. Ele assimilou de ambos idealistas a ideia de uma totalidade orgânica e indivisível entre a parte e o todo e entre a matéria e o espírito.

Marsh e sua edição do livro de Coleridge deram origem ao movimento do Transcendentalismo Americano, cujas mais famosas personagens são Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau. Graças a Marsh, o transcendentalismo foi a filosofia ensinada na Universidade de Vermont tanto por ele quanto por seu sucessor, Joseph Torrey e também pelo legatário desse, Henry Torrey. Esse último foi professor de John Dewey. Segundo Menad (2001) Henry Torrey foi o descendente direto de James Marsh. Ele teria até mesmo usado *The Remains of Rev. James Marsh* em suas aulas. Além disso, nessa época Dewey teria lido com entusiasmo a edição de Marsh de *Aids to Reflection* de Coleridge.

Contudo, o interesse de Dewey pelo intuiçãoismo e cristianismo característico do transcendentalismo americano durou pouco. Em relação ao cristianismo, Dewey relata em seu artigo autobiográfico que “[a]s contendas que surgiram posteriormente entre a aceitação da fé e da rejeição das crenças tradicionais e institucionais vieram de experiências pessoais e não dos efeitos da instrução filosófica” (DEWEY, 1998, p.15). Porém, intelectualmente, a religião e o intuiçãoismo não foram capazes de suprir suas exigências e necessidades filosóficas:

Não menciono essa fase teológica e intuiçãoista pois ela não teve qualquer influência duradoura sobre o meu desenvolvimento, exceto negativamente. Aprendi a terminologia de uma filosofia intuiçãoista, mas não profundamente e de forma alguma ela satisfaz o que eu estava vagamente procurando. (DEWEY, 1998, p.15).

Aquilo que Dewey estava vagamente procurando e que o despertou filosoficamente, contudo, não dizia respeito à influência de algum professor de filosofia em Vermont ou de escritores transcendentalistas, ou mesmo de algum pensador antigo ou moderno. Como ele relata, a sua motivação filosófica surgiu por caminhos bem diferentes:

Houve [...] um curso no ano anterior que me incitou um gosto que, em retrospectiva, pode ser chamado de filosófico. Era um curso um tanto curto, sem trabalho de laboratório, em fisiologia, um livro de Huxley sobre o tema. É difícil falar com exatidão sobre o que intelectualmente me aconteceu há tantos anos, mas tenho a impressão que havia obtido desse estudo um sentido de unidade interdependente e inter-relacionada que deu forma as agitações intelectuais que eram anteriormente rudimentares, e criou uma espécie de tipo ou modelo de visão das coisas ao qual o material de qualquer campo deve se conformar. Subconscientemente, pelo menos, fui levado a desejar um mundo e uma vida que teriam as mesmas propriedades que tinha o organismo humano na imagem dele extraída dos estudos do tratado de Huxley. Em todos os acontecimentos, eu tive um grande estímulo do curso, mais do que de qualquer coisa que tive contato antes; e como nenhum desejo foi despertado em mim para continuar neste ramo do conhecimento, eu dato desta época o despertar de um interesse filosófico distinto (DEWEY, 1998, p.14).

É difícil não ver a influência de Marsh e Torrey nesta ânsia de Dewey por unidade. Como salienta Menand (2001, p.252), “[e]sse era o modo como o próprio James Marsh concebia o conhecimento, como um todo inter-relacionado e fundido”. Contudo, a inspiração vinda de Huxley e da biologia acompanharia Dewey por toda a vida e influenciará profundamente sua concepção madura de experiência. De fato, a busca por um conceito abrangente e orgânico de experiência ditará o curso de seu desenvolvimento filosófico.

Se por um lado, a vida acadêmica despertou em Dewey o desejo de uma unidade orgânica, o ambiente social de Vermont exerceu forte influência no desenvolvimento do pensamento político de Dewey, sobretudo sobre a sua concepção idealizada de comunidade e democracia. Sidney Hook destaca os efeitos do ambiente social da Nova Inglaterra sobre Dewey:

Se a juventude e a educação em Vermont têm uma importância significativa em seu desenvolvimento intelectual posterior, ela não é encontrada no traço do solo ou clima de Vermont, ou nas tarefas agrícolas que ele realizou para adentrar a faculdade. Muito mais pervasivo em sua influência estava o traço da vida social da comunidade do norte da Nova Inglaterra na qual Dewey foi criado. Era uma comunidade na qual nenhuma grande disparidade de bens e padrões de vida era encontrada, e na qual o homem era julgado, como dizia o ditado, não pelo que ele tinha, mas pelo que ele fazia. As coisas que um homem fazia, sempre um pouco diferente da maneira que seus vizinhos as faziam. A diferença dificilmente era tão grande que colocaria a homogeneidade da cultura em perigo. Nem eram tais que não poderiam ser controladas pela expressão espontânea de

uma opinião pública que protegeria a comunidade de excentricidades sem destruí-las (HOOK, 1995, p.5).

A imagem da comunidade idealizada de Vermont fornecerá a Dewey o enquadramento social em que a experiência deveria ocorrer para que ela fosse vivida de forma completa e frutífera. Dewey colou grau na Universidade de Vermont em 1879. Em seguida mudou-se para Oil City, na Pensilvânia, onde lecionou no ensino secundário. A insatisfação com o magistério e os problemas de disciplina em sala fizeram com que Dewey cogitasse outra carreira. Em 1881, retornou a Vermont e lá teve um ano de aulas privadas com Torrey. Sob a orientação de Torrey, Dewey relembra: “voltei meus pensamentos definitivamente ao estudo da filosofia como objetivo de vida” e “durante um ano me dediquei sob sua orientação a ler os clássicos em história da filosofia e a aprender a ler alemão filosófico” (DEWEY, 1998, p. 15). Nesse período, após a sua graduação na Universidade de Vermont, escreveu dois artigos: um sobre a metafísica do materialismo, e outro sobre o panteísmo em Spinoza. Dewey então se inscreve na John Hopkins.

2. Sedimento Hegeliano

Dewey foi aceito em 1882 na recém-aberta John Hopkins para continuar seus estudos em filosofia. No entanto, Daniel Coit Gilman, presidente da instituição, tentou dissuadi-lo da ideia e direcioná-lo para uma área de estudo mais “científica”. Naquele período de constituição da universidade, a instituição possuía um pequeno departamento de filosofia e um diminuto corpo docente voltado para essa disciplina. A instituição contava apenas com três professores: G. Stanley Hall, George S. Morris e Charles Sanders Peirce. Dewey, logo no primeiro ano se aproximou de Morris, o único hegeliano do grupo.

Morris, assim como Dewey, era natural de Vermont. Quando jovem estudou teologia no *Union Theological Seminar* e, devido às suas habilidades acadêmicas, foi convencido a seguir seus estudos na Alemanha e a optar pela carreira de filósofo. Quando começou a lecionar na John Hopkins, comenta Westbrook, Morris havia descoberto na obra de T. H. Green, e outros neo-hegelianos britânicos, “uma filosofia que dissolvia o dualismo que o atormentou e uma metafísica em que a natureza não era uma atmosfera moral poluída, mas uma manifestação do espírito divino” (WESTBROOK, 1991, p.17). Seu primeiro livro, *British Thought and Thinkers*, de 1880, é um ataque ao empirismo sensacionista o qual defende, inspirado por Green, que a percepção humana não pode ser uma recepção passiva dos dados das sensações, pois a mente desempenharia um papel ativo em determinar a organização, o significado e o valor da experiência. Na verdade, o livro de

Morris era um livro de seu tempo, como Dewey comenta, “[o]s anos 80 e 90 [do século XIX] eram um período de nova efervescência no pensamento inglês; a reação contra o individualismo atômico e o empirismo sensacionalista estavam em plena atividade” (DEWEY, 1998, p.17).

Dewey encontrou em Morris e em suas preleções sobre Hegel uma forma de satisfazer aquele desejo intelectual que foi despertado em Vermont pelas imagens do livro de Huxley, mas que ainda era apenas uma “visão”. Um desejo de unificação que seria impossível de satisfazer através do intuicionismo ensinado por Torrey, justamente por esse implicar uma dicotomia insuperável entre razão e mundo. Hegel, por outro lado, guarneceu Dewey com o aparato filosófico capaz de lidar com os problemas e dicotomias que lhe incomodava havia tempo. A filosofia deixou de ser uma “ginástica intelectual”, uma pura análise dos argumentos dos filósofos, de seus erros e acertos, como em seu artigo sobre Spinoza publicado quando tinha acabado de graduar.

Nesse sentido, o contato com Hegel foi libertador para Dewey, como ele mesmo comenta:

Havia [...] também razões “subjetivas” para a atração do pensamento de Hegel sobre mim, ele supria uma busca por unificação que era, sem dúvida, um forte desejo emocional, e ainda era um desejo que somente o assunto intelectualizado poderia satisfazer [...]. Meu estudo filosófico inicial foi uma ginástica intelectual. A síntese de Hegel de sujeito e objeto, matéria e espírito, o divino e o humano, não era, contudo, mera fórmula intelectual; ela atuou como um imenso livramento, uma libertação. O tratamento de Hegel da cultura humana, das instituições e das artes implicou a mesma dissolução das rígidas paredes divisórias, e tinha uma atração especial para mim (DEWEY, 1998, p.17).

Dewey frequentou todos os cursos oferecidos por Morris em Hopkins e demonstrou pouquíssimo interesse nos cursos de psicologia experimental de Hall e de lógica matemática de Peirce. Por fim, em 1884, ele colou grau com uma tese intitulada “A Psicologia de Kant”, na qual desenvolve uma crítica de viés idealista a Kant. Em sua tese Dewey argumenta, comenta Westbrook, que Kant “falhou em ver que seu próprio princípio indicava algo para além da separação de sujeito e objeto, para uma compreensão de sua ‘relação orgânica’ como manifestação da Razão” (WESTBROOK, 1991, p.21).

As afinidades teóricas entre Dewey e Morris estreitaram os laços de amizade entre os dois filósofos. A John Hopkins aboliu, em 1884, a contratação de professores não exclusivos. Dentre os professores de filosofia, apenas Hall continuou no cargo (sobretudo por lecionar psicologia, vista como mais científica do que as especialidades de Peirce e Morris). Após ser desligado da John Hopkins, Morris foi convidado a assumir uma posição integral na

Universidade de Michigan. Alguns meses depois, Dewey se juntou ao seu antigo professor.

Durante o restante da década de 1880, Dewey continuou sua trajetória neo-hegeliana e seus ensaios e livros refletiam a influência do idealismo orgânico de Morris e dos neo-hegelianos britânicos. É o caso, por exemplo, de seu livro *Leibniz's New Essay Concerning the Human Understanding*, de 1888, no qual se mostra simpático às críticas de Leibniz à epistemologia de Locke. Para Dewey, a ideia de organismo e as categorias de crescimento orgânico que regiam o pensamento de Leibniz evidenciavam sua especificidade entre os modernos. Como comenta Westbrook, “confrontado com o rígido dualismo de Decartes, Leibniz ofereceu uma nova filosofia da unidade superior ao panteísmo de Spinoza, uma filosofia 'da unidade na e através da diversidade, não o princípio vazio de unicidade'” (WESTBROOK, 1991, p.21).

No entanto, Dewey publica em 1886 dois artigos que o distinguem do neo-hegelianismo de Morris e de Green. Em “The Psychological Standingpoint”, Dewey argumenta que os empiristas abandonaram o ponto de vista da psicologia, isto é, que os objetos de investigação da filosofia só podem ser determinados pelo que é encontrado na experiência, e introduziram em suas teorias entidades não observáveis para explicar a experiência. Ele afirma ainda no artigo que tudo que seria cognoscível estaria dentro do âmbito da consciência. Já em “Psychology as Philosophic Method”, ele argumenta que os neo-hegelianos cometeram o mesmo erro de Kant. Para Dewey, como comenta Good (2006, p.301), os neo-hegelianos falharam ao “tentar explicar a experiência através da introdução de elementos que estariam para além da experiência possível quando postularam um eu transcendente absoluto”. A melhor forma de se evitar recair no erro de postular qualquer coisa que estaria para além da experiência seria seguir o caminho mais seguro e científico da psicologia experimental. De fato, em “The New Psychology” (1884), Dewey já havia argumentado que a psicologia experimental seria superior à psicologia sensacionista, visto que não recorre à introspecção como metodologia, mas à experimentação em laboratório.

Os dois artigos de 1886 evidenciam o esforço inicial de Dewey em unir os resultados da psicologia experimental trazida da Alemanha por William James e por seu ex-professor G. Stanley Hall ao idealismo metafísico ensinado por Morris. Ao incorporar a nova psicologia à metafísica idealista, Dewey almejava fornecer ao idealismo as mesmas garantias que a análise científica da experiência humana forneceria, isto é, ele acreditava que a psicologia experimental deveria substituir a lógica idealista como método da filosofia.

Entre os anos de 1890 e 1905 Dewey se afasta lentamente do hegelianismo. Contudo esse afastamento não significa de forma alguma um

abandono ou uma renúncia à influência hegeliana sobre o seu pensamento. A busca por unidade e integridade da experiência e a denúncia das falsas dicotomias (e conseqüentemente, dos falsos problemas filosóficos) acompanham Dewey por toda sua vida. Como ele comenta “eu nunca deveria pensar em ignorar, muito menos negar, [...] que a familiaridade com Hegel deixou um sedimento permanente em meu pensamento” (DEWEY, 1998, p.18). No entanto, segundo Dewey, “a forma, o esquematismo, de seu pensamento agora me parece artificial ao extremo” (DEWEY, 1998, p.17).

Após 1905, Dewey muda seu vocabulário evitando recorrer a termos hegelianos em seus textos. Contudo essa aparente emancipação não corresponde a um rompimento com Hegel. As razões dessa mudança são práticas. A essa altura Dewey já havia sofrido a viragem pragmatista e buscava defender esse novo método filosófico como recém-empossado presidente da *The American Philosophical Association*. Em meio aos debates entre pragmatistas, realistas e idealistas, comenta Good, “era comum exagerar a posição do oponente e todos os idealistas eram comumente aglomerados como vendedores desonestos de uma mente transcendente absoluta e teleológica e historicamente necessária” (GOOD, 2006, p.305). Com isso, a utilização do vocabulário hegeliano levaria o filósofo a encontrar uma audiência resistente e apática. Outro fator foi o estopim da Primeira Guerra Mundial. Os Estados Unidos foram tomados por uma forte suspeita acerca periculosidade das filosofias germânicas, vistas como fundamentalmente imperialistas e antidemocráticas. Essas suspeitas se agravaram ainda mais no entre guerras e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Evadir-se do vocabulário hegeliano não somente era uma necessidade acadêmica, mas uma manobra necessária para lhe garantir segurança em tempos conturbados.

Contudo é inegável que, mesmo alterando seu vocabulário, um sedimento hegeliano ficou depositado no pensamento de Dewey. Um depósito cujos recursos ele lançou mão para desenvolver um conceito de experiência dinâmico e abrangente; uma ferramenta que Dewey usou para denunciar e combater as visões restritas e limitantes que as filosofias historicamente assentaram sobre a experiência humana ao compartimentalizá-la e ao inventar uma série de dicotomias.

Charles Darwin aos poucos ocupou o lugar que antes Dewey destinava a Hegel. Contudo, esse movimento foi mais de sobreposição do que substituição. Richard Bernstein resume a importância de Hegel para o desenvolvimento do pensamento deweyano e o que ficou de hegeliano nele:

A despeito dessa forte atração, Dewey gradualmente afastou-se de Hegel. Darwin o substituiu como fonte de inspiração para o orgânico, dinâmico e mutante caráter da vida. Mas fatores “subjetivos” que originalmente atraíram

Dewey para Hegel permaneceram com ele através de sua vida e marcaram profundamente sua versão experimentalista do pragmatismo. Dewey, na verdade, naturalizou Hegel. O conceito deweyano de experiência como uma relação que engloba espaço e o tempo, envolvendo tanto a sua passagem quanto sua atividade, mostra a influência hegeliana. Sujeito e objeto são entendidos como distinções funcionais no interior de uma dinâmica de desenvolvimento da experiência unificada. Como Hegel, Dewey é um crítico de todo dualismo e das dicotomias fixas que têm atormentado a filosofia incluindo mente e corpo, assim como experiência e natureza. A hostilidade de Dewey ao meramente formal e estático foi inspirada por Hegel. Dewey, como Hegel, está alerta para a função dos conflitos na experiência: como eles são superados no curso da experiência e, como novos conflitos eclodem. (BERNSTEIN, 2010, p.317).

Dewey aceita uma posição na Universidade de Minnesota no ano de 1888. Essa mudança implicou o distanciamento físico em relação a Morris e assinalou seu afastamento intelectual do neo-hegelianismo. Contudo, em 1889, com a morte prematura de Morris, Dewey retorna a Michigan para assumir a chefia do departamento de filosofia, onde permanece até 1894, quando se muda para Chicago.

3. Psicologia Experimental

Dewey assumiu a posição de chefe do departamento de filosofia na recém-fundada Universidade de Chicago em 1894. James H. Tufts, seu ex-colega em Michigan, havia recomendado-lo a William Rainer Harper, presidente da instituição, e tecida grandes elogios à sua personalidade e capacidade intelectual. Em Chicago fica mais claro o afastamento de Dewey em relação ao hegelianismo. Dewey já estava descontente a respeito das implicações do idealismo na experiência humana concreta. Todavia, não é nítido o momento em que Dewey rompe com o hegelianismo. Segundo Dewey, “esse afastamento foi um processo lento e longo” (DEWEY, 1998, p.18). Westbrook comenta que:

No início da década de 1890 [...] Dewey não abandonou o neo-hegelianismo, mas ele finalmente retirou de seu trabalho o método metafísico, a lógica transcendental das relações internas, com a qual os idealistas determinaram a existência e a natureza do Absoluto. Ele manteve firmemente o ‘ponto de vista psicológico’ aclamado em seu artigo de 1886 [em que] manifestava que ‘a natureza de todos os objetos da inquirição filosófica deve ser fixada pela constatação daquilo que a experiência diz sobre ele’” (WESTBROOK, 1991, p.61).

Um dos primeiros domínios em que se vê o afastamento de Dewey em relação ao hegelianismo é no da ética. Em seus textos de década de 1890, como *Outlines of a Critical Theory of Ethics*, já não se estabelece qualquer relação entre ação humana e vontade divina. De fato, nesse texto, Dewey desenvolve uma visão mais “científica” da inquirição moral, ou seja, ele pensa a tarefa da

filosofia moral a partir da ciência natural, partindo de postulados que não dependem de uma construção metafísica subjacente. A inquirição moral deveria seguir o modelo da inquirição científica: partir de postulados cujas validades deveriam ser verificadas na experiência. A primazia da experiência determinada por Dewey visava evitar um erro que ele próprio identificou nas teorias morais neo-hegelianas. Do ponto de vista de Dewey, as teorias morais hegelianas se tornaram tão abstratas e esquemáticas que perderam qualquer aderência à situação moral concreta e por isso não seriam capazes de lidar com a diversidade de situações morais nas quais os seres humanos agem.

O evento na viragem da década que acelerou o afastamento de Dewey do idealismo foi a publicação em 1890 da obra *Principles of Psychology* de William James. A obra de James marcou uma importante mudança na forma como a psicologia era estudada nos Estados Unidos. Embora a psicologia experimental estivesse presente nos currículos das universidades desde meados do século, nenhuma obra nessa nova área tinha o fôlego e a radicalidade das ideias defendidas por James em *Principles*. Dewey recorreu aos *Principles* para apoiar sua determinação de sustentar suas ideias nas evidências da fisiologia e da neurologia, evitando a hipostasiação e a metafísica empirista ou idealista. Além de aplicar à psicologia as decorrências da teoria de Darwin, isto é, a ideia de adaptação e mutabilidade das espécies vivas. As duas principais teses apresentadas por James são: o hábito é o princípio da vida, ou seja, aquilo que determina o desenvolvimento mental e físico; e a rejeição da noção de *self* inerte e assente, em favor de uma corrente de consciência. Segundo Westbrook,

Dewey foi seletivo no que incorporou dos *Principios* em seu pensamento, pois o [*Principios*] era um texto profundamente conflituoso, até mesmo contraditório, dividido entre o dualismo epistemológico e o “empirismo radical anti-dualístico fundamentado na biologia evolucionista. Dewey foi um crítico ríspido do dualismo e do subjetivismo do pensamento de James, enquanto que ao mesmo tempo reagiu entusiasticamente a sua propensão biológica “objetiva” – o assentamento da psicologia humana na experiência orgânica e na história – que ele encontrou no *Principios*. (WESTBROOK, 1991, p.66).

É importante notar que James e *Principles* garantiram a Dewey uma liberdade de pensamento que assegurou o organicismo defendido anteriormente sem as consequências indesejadas do idealismo. E isso só foi possível na medida em que James mostrou a Dewey como “naturalizar” a experiência humana e, conseqüentemente, seu organicismo.

No entanto, a aplicação por parte de Dewey dos resultados da nova psicologia experimental aos problemas da filosofia não é algo exclusivo dos anos 1890. Dewey já tivera contato com a nova psicologia através das aulas de Hall, ainda na John Hopkins, e empregou esta metodologia em diversos artigos

publicados ao longo dos anos 1880. Ele se valeu da psicologia experimental para criticar a psicologia materialista subjacente ao empirismo e para condenar o idealismo, acusando-o de se afastar das situações concretas humanas. Dewey já havia concordado com James. Contudo isso ainda era interpretado dentro de um quadro idealista evanescente. A publicação dos *Principles of Psychology* teria sido o desencadeamento de um processo que se configurou na década anterior. Segundo Micheal Buxton,

O movimento de Dewey do idealismo absoluto para uma orientação funcionalista ocorreu quando ele reinterpretou independentemente seu trabalho anterior, aplicando o interesse prévio em relação ao conceito de função biológica aos seus interesses idealistas do final dos anos 1880. James e outros reforçaram posteriormente parte desse processo. (BUXTON, 1984, p.452).

A psicologia funcionalista teria encontrado solo fértil e um terreno já preparado em Dewey. Contudo, a explicação oferecida por Buxton minimiza a influência de James mais do que o próprio Dewey reconhece. Afinal, ele próprio relata que “[as ideias de James] influenciaram em seu modo mais e mais todas as minhas ideias e agiram como um fermento para transformar crenças antigas” (DEWEY, 1998, p.20). Como resume Westbrook,

[Dewey] começou a se perguntar se uma série de problemas filosóficos não seria a consequência de uma tendência dos filósofos de hipostasiar divisões funcionais da experiência humana em divisões ontológicas entre entidades supostamente reais. Confrontado com essas divisões entre sujeito e objeto, homem e natureza, razão e fato, os idealistas absolutos sobrepuseram essa separação colocando uma consciência absoluta dentro destas divisões que seriam apenas divisões de uma função orgânica. Mas, como a biologia e a psicologia parecem sugerir a Dewey, se essas divisões ontológicas fossem tão irrealis na experiência humana como na suposta experiência de Deus? Então não haveria qualquer necessidade de introduzir um Absoluto para unificar a experiência por meio de prestidigitação lógica, um procedimento que trouxe consigo uma série de problemas [...]. Se a experiência fosse orgânica em primeiro lugar, então a indagação para os filósofos não seria, como tem sido por séculos, como as coisas podem possivelmente se unir na experiência, mas, ao invés disso, por que elas parecem se fragmentar e o que essa aparente fragmentação significa (WESTBROOK, 1991, p.67).

4. O Conceito de Arco-Reflexo na Psicologia

Em seu profícuo artigo de 1896, “The Reflex Arc Concept in Psychology” (1896), Dewey articula a tese segundo a qual a experiência é composta de divisões orgânicas funcionais e não de divisões ontológicas singulares. Para isso, ele examina os conceitos de arco-reflexo e estímulo-resposta, típicos dos debates no campo da psicologia experimentais daquela época. As pesquisas no campo da anatomia neurológica dos meados do século XVII já haviam mostrado resultados experimentais cujas implicações eram

surpreendentes. Charles Bell (1774-1842) havia descoberto a existência de duas espécies de nervos: os motores e os sensitivos, e François Megendie e Johannes Müller evidenciaram a relação entre estimular um nervo e a resposta motora consequente. Desse modo, em meados do século XIX, quando as universidades estadunidenses começaram a montar seus laboratórios de psicologia experimental, a existência de arco-reflexos era plenamente aceita. Os cientistas mudaram o entendimento que se tinha do funcionamento cognitivo, como ressalta Wesep, quando “colaboraram no traçado de um quadro bem nítido e claro daquilo que mais tarde viria a receber a designação de arco-reflexo, ligando o cérebro ao sistema nervoso, fazendo dele assim, mais do que um receptor, também um transmissor” (WESEP, 1960, p.219).

Esse novo modelo de sistema nervoso tinha a vantagem de caracterizar a vida mental de forma mais ativa. Começava-se a ver o cérebro não mais como um mero receptáculo passivo diante do mundo, mas, como os avanços experimentais concluíam, ele possuiria também um papel ativo. Contudo, para Dewey, o modelo de experiência representado pelas concepções dominantes de arco-reflexo e estímulo-resposta estavam repletas de dualismos entre sensação e ideias, corpo e mente, que seriam “resíduos metafísicos” sem qualquer apoio nas teorias científicas ou na psicologia experimental. Como ele afirma,

[...] a concepção comum da teoria do arco reflexo, ao invés de ser um caso de simples ciência, é uma resíduo do dualismo metafísico, primeiro formulado por Platão, segundo o qual a sensação é um habitante ambíguo na fronteira da alma e do corpo, a ideia (ou processo central) é puramente psíquico, e a ação (o movimento) puramente físico. Desse modo, a formulação do arco reflexo não é física (ou fisiológica) nem psicológica; é uma pressuposição materialista-espiritualista amalgamada (DEWEY, 1998, p.7).

Dewey ilustra a ação arco-reflexiva descrevendo uma criança que estende a mão para pegar a chama de uma vela e se queima. Essa descrição corresponde à ilustração de uma criança estendendo a mão em direção a uma vela presente nas páginas iniciais do *Principle of Psychology* de James. Nessa imagem ainda são representadas com linhas as correntes nervosas seguindo dos olhos em direção as mãos, representando por meio dessas a propensão reflexiva da criança de apanhar a chama da luz em seu primeiro contato com tal objeto. Em “The Reflex Arc Concept in Psychology”, Dewey pede que,

[...] consideremos a ilustração familiar da criança-vela. A interpretação corriqueira relatária que a sensação da luz é um estímulo para o apanhar como uma resposta, a queimadura resultante é um estímulo para retirar a mão como resposta e assim por diante. Certamente não há dúvida de que esta é uma maneira grosseira e prática de representar esse processo. Mas quando perguntamos por sua adequação psicológica, o caso é bem diferente. Mediante análise, descobrimos que não começamos com um estímulo sensorial, mas com

uma coordenação sensório-motora, a óptico-ocular, e que num certo sentido é o movimento que é primário, e a sensação que é secundária, o movimento do corpo, da cabeça e músculos oculares, determinando a qualidade do que é experienciado. Em outras palavras, o verdadeiro começo é com o ato de ver; é o olhar, e não a sensação de luz. O *quale* sensorial fornece o valor do ato, assim como o movimento fornece seu mecanismo e controle, mas a sensação e o movimento estão dentro e não fora do ato (DEWEY, 1998, p.4).

A interpretação comum entende que – na situação criança-vela – a sensação da luz seria o estímulo para resposta da criança de tocar a chama, e a queimadura seria o estímulo para a resposta de retirar a mão. Consequentemente a situação toda seria composta de séries de atos discretos, analisados separadamente e, principalmente, externos a qualquer experiência da criança. Contudo, defende Dewey, esse entendimento é defeituoso “na medida em que pressupõe o estímulo sensorial e a resposta motora como existências físicas distintas enquanto que, na realidade, estão sempre dentro de uma coordenação” (DEWEY, 1998, p.4).

Do ponto de vista de Dewey, caso se abandonasse os “resíduos metafísicos” e os dualismos que permeiam a noção de arco-reflexo, dever-se-ia entender a experiência como uma unidade orgânica abrangente dentro da qual estímulo e resposta não seriam entidades distintas ou existências separadas. Desse modo, estímulo e resposta, ou sensação e ação, deveriam ser analisados dentro de uma experiência mais ampla e inclusiva em que “estímulos sensoriais [...] e as respostas motoras sejam vistas, não como entidades separadas e completas em si mesmas, mas como divisões de trabalho, fatores funcionais, dentro de um todo concreto” (DEWEY, 1998, p.4). Estímulo e resposta existiriam somente dentro de circuitos mais abrangentes e teriam significância exclusivamente na medida em que desempenham algum papel na manutenção ou reconstrução do circuito em que estão presentes.

Em vista disso, a situação criança-vela deve ser entendida como um circuito e, portanto, o evento não teria início com a luz da vela como um estímulo externo à criança. O ponto de partida seria o ato de ver da criança, dentro do qual a sensação e o estímulo da luz funcionaria. O ver estimularia a ação de pegar, a qual seria incorporada numa coordenação mais abrangente incluindo olhos-braço-mão. A dor provocada pelo contato da mão com a chama não seria uma sensação externa, mas condicionaria o desenvolvimento posterior de todo circuito. A criança passaria a ver a chama não mais como um ponto luminoso, mas como uma luz-que-provoca-dor-quando-tocada. Nesse sentido, a criança aprendeu alguma coisa, pois, “somente em razão da *quales* calor-dor entrar no mesmo circuito da experiência com a *quales* ótico-ocular e muscular que a criança aprende a partir da experiência e ganha a habilidade de

evitar a experiência no futuro” (DEWEY, 1998, p.4). As implicações epistemológicas são significativas. Conforme Sleeper comenta,

[Dewey] tenta mostrar que o organismo não ancora quaisquer mecanismos reflexivos mecânicos a priori que controlariam a ação e formariam as bases da crença e do hábito – nenhum reflexo, em outras palavras, que significasse a presença orgânica de algo como as formas a priori do pensamento de Kant – mas, ao invés disso, que todas as formas de pensamento são o resultado das transações entre o organismo e seu ambiente (SLEEPER, 1986, p.57).

Dentro desta perspectiva naturalista, todo processo cognitivo tem uma função teleológica de reajustamento e adaptabilidade do organismo em suas transações com seu meio circundante. Como Westbrook elucida, “o pensamento, por essa ótica, seria uma função natural que teria evoluída a fim de servir aos interesses da sobrevivência humana” (WESTBROOK, 1991, p.70). Dewey defende uma interpretação naturalista de como o pensamento funciona.

Nas relações entre o organismo e seu ambiente pode-se não se ter noção desse circuito funcional. Isso significa que o organismo está adaptado ao seu ambiente e que a ação satisfaz o fim desejado, ou seja, dentro do circuito não há qualquer impedimento que compele o organismo à revisão ou à adoção de uma nova atitude diante de alguma mudança ambiental. Dewey observa que – na medida em que tudo ocorra bem na experiência – quando não há qualquer interrupção no circuito funcional ou qualquer situação problemática não temos consciência do estímulo e resposta. Agirmos de acordo com um hábito já estabelecido e adequado ao seu fim. Um hábito estabelecido, afirma Dewey, é “simplesmente uma sequência continuamente ordenada de atos, todos adaptados e na ordem de sua sequência, para alcançar um certo fim objetivo” (DEWEY, 1998, p.7). Portanto, comenta Westbrook, “o estímulo e a resposta conscientes surgem apenas em situações em que um conflito ocorria dentro de uma coordenação e o agente estaria duvidoso de como completá-lo” (WESTBROOK, 1991, p.69). Assim, estímulo e resposta não são distinções existenciais, mas, defende Dewey, “distinções teleológicas, isto é, distinções da função ou da parte desempenhada, com referência ao alcance ou à manutenção de um fim” (DEWEY, 1998, p.7). Esse fim tem a ver, sobretudo, com a sobrevivência e o bem-estar do organismo dentro de seu ambiente.

O aspecto teleológico e orgânico da experiência tem um papel fundamental no conceito de experiência de Dewey, o qual ficará ainda mais destacado com o amadurecimento do seu experimentalismo. A doutrina que defende que a experiência, o pensamento e a ação estão sempre direcionados a um fim pode também ser denominada de voluntarismo. Shook comenta que o caráter teleológico da experiência,

[...] substitui a passividade exigida pelo sensualismo, pela atividade permitida por aquilo que se poderia denominar “voluntarismo”. O voluntarismo salienta o papel da vontade no direcionamento da experiência e da atividade humana. As ações voluntárias devem englobar até mesmo a aquisição de informações sobre o ambiente. Isso vai muito além da ideia de que os organismos devem orientar-se para as fontes das sensações. O voluntarismo afirma que o conteúdo e o sentido mesmo de qualquer experiência são parcialmente dependentes da atividade teleológica de um organismo (SHOOK, 2002, p.145).

Embora a análise oferecida por Dewey em “The Reflex Arc Concept in Psychology” estivesse impregnada de um vocabulário psicológico que nos é hoje extravagante, as consequências das posições defendidas nesse artigo definiram, em grande medida, o percurso de amadurecimento de sua filosofia. Em sua discussão do conceito de arco-reflexo já encontramos uma crítica aos dualismos que não recorre a qualquer tese idealista e que será aprofundada em suas obras futuras. De fato, o compromisso que Dewey assume aqui é tão somente com a psicologia experimental e com o naturalismo, como outorgado respectivamente por James e Darwin. Além disso, as implicações epistemológicas daquele artigo, a saber, a ideia de que a ação é um dos componentes do pensamento e do conhecimento (ou seja, o pensamento não é simplesmente assimilação passiva e o conhecimento não é espelhamento realidade) e a doutrina do voluntarismo terão implicações, além de filosóficas, práticas e pedagógicas. Dewey exploraria as consequências pedagógicas durante seu período de diretor da escola-laboratório, ou escola Dewey como ficou conhecida: um programa experimental de educação da Universalidade de Chicago.

Referências

- BERNSTEIN, R. J. *The pragmatic turn*. Polity, 2010.
- BUXTON, M. “The Influence of William James on John Dewey's Early Work”. In: *Journal of the History of Ideas*, v.45, n.3, Jul. - Set., 1984, p.451-463.
- DEWEY, J.; HICKMAN, L. A.; ALEXANDER, T. M. *The essential Dewey: Pragmatism, education, democracy*. Indiana University Press, 1998.
- MENAND, L. *The metaphysical club*. Macmillan, 2001.
- SHOOK, J. R. *Os pioneiros do pragmatismo americano*. Tradução de Fábio M. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SLEEPER, R. W. *The Necessity of Pragmatism*. John Dewey's conception of philosophy. Yale University Press, 1986.

WESEP, H. B. *A Estória da Filosofia Americana*. Tradução de João Paulo Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1966.

WESTBROOK, R. *John Dewey and American Democracy*. Cornell University Press, 1991.

E-mail: contato@tgomes.com.br

Recebido: 08/01/2018

Aprovado: 21/08/2018